

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/327755250>

Educar cidadãos globais para manter a paz no mundo

Article · September 2018

CITATIONS

0

READS

179

1 author:



Fernando Reimers

Harvard University

149 PUBLICATIONS 1,064 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Global Citizenship Curriculum [View project](#)



Global Education Innovation Initiative [View project](#)

Educar cidadãos globais para manter a paz no mundo

A educação é a principal ferramenta para combater um mundo cada vez mais intolerante.

TEXTO *Fernando M. Reimers* TRADUÇÃO *Rafael Spigel* ILUSTRAÇÃO *Vinicius Matsuei*

EM 1925, o professor Isaac Kandel, da Universidade de Columbia, discursou para a associação de diretores de escolas do ensino médio e defendeu veementemente a educação para a cidadania global. Ele argumentou que se as escolas norte-americanas não preparassem seus alunos para uma compreensão global, os Estados Unidos não se tornariam um poder para a paz, mas sim um poder para a instabilidade no mundo. Kandel fez tal discurso apenas sete anos após o fim da Primeira Guerra Mundial e 14 anos antes do principal conflito global que estava por vir. Nascido na Romênia e tendo imigrado para os Estados Unidos, ele conhecia a dor e o sofrimen-

to causados pela guerra e sentiu, à época de seu discurso, como a paz é frágil, como o conflito nunca está tão distante e como a paz requer o cultivo de disposições. Outros educadores que sobreviveram às duas guerras tiveram percepções semelhantes sobre a importância da educação para a paz. Em seu famoso discurso sobre *Paz e Educação* em 1932, Maria Montessori defendeu uma pedagogia que motivasse a criança a fazer escolhas e contestou a educação autoritária, que preparava o aluno para seguir governantes autoritários. Seu discurso foi publicado pelo Bureau Internacional de Educação da Unesco, do qual Jean Piaget era diretor. Anos mais tarde, o próprio Piaget escreveria uma biografia de Jan Amos Comenius, destacando o papel de Comenius na promoção da educação para a paz. »





CONFIRA O
MAKING OF
DA CRIAÇÃO
DO GRAFITE:
MOD. LR/EDUCAGRA

» A conscientização da devastação e do sofrimento causados pela Segunda Guerra Mundial levou governos ao redor do mundo a procurarem condições para a paz sustentável, o que se refletiu na criação das Nações Unidas, na adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos e na inclusão da educação como um direito humano. A Declaração tinha como base os valores de liberdade, igualdade e solidariedade global, que foram o alicerce de boa parte do trabalho dos governos e das instituições globais criadas no pós-guerra. E não há um lugar no qual esses valores são melhor refletidos do que no relatório da Unesco sobre Educação para o século XXI, *Educação: um tesouro a descobrir*. No entanto, tais valores são cada vez mais contestados por movimentos populistas e nacionalistas, com nuances de xenofobia e intolerância.

OS ATUAIS E CRESCENTES DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA GLOBAL

Uma ideologia populista emergente desafia as aspirações do ensino público, em especial da educação para a cidadania global, bem como o trabalho de instituições que promovem os valores de liberdade, igualdade e solidariedade. Os populistas defendem mais poder para grupos locais definirem as metas da educação e menos ação das instituições governamentais e intergovernamentais. Além disso, contestam a ideia de direitos humanos universais. Se o nacionalismo é a nova força organizadora, a noção de pertencimento e não pertencimento é definida pela cidadania, e não por associação à humanidade, uma contestação à educação para a cidadania global. Tal questionamento aos direitos humanos universais leva à contestação dos direitos das minorias culturais e étnicas, por exemplo, o direito de se enxergarem representadas no currículo. Nos Estados Unidos, indivíduos e grupos pressionam escolas por mudanças no currículo que reduzem a ênfase em tópicos e conteúdos globais. Grupos conservadores discutem há muito tempo sobre o currículo e os livros didáticos nas escolas, e tais conflitos têm

aumentado desde a última campanha presidencial, segundo relatos que ouvi de professores e diretores.

O populismo representa um risco ao enfrentamento dos desafios globais. Ao renegar uma ação conjunta para enfrentar desafios globais, como a mudança climática ou os direitos humanos, cria-se um contexto social no qual professores encontrarão cada vez mais dificuldade para lecionar sobre tais temas.

Um estudo do Southern Poverty Law Center, mostra que, além do nacionalismo e do populismo, há um aumento de grupos de ódio e manifestações odiosas em muitas partes do mundo. Nos Estados Unidos, cresceram os casos de intolerância, dentro e fora das escolas e universidades, na forma mais explícita de antissemitismo, supremacia branca, islamofobia e ódio a negros e imigrantes.

Nesse contexto, é imprescindível redobrar nossos esforços para educar os alunos para a cidadania global. A inclusão disso como uma das metas dos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* representa uma oportunidade. O comprometimento da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) para incluir a avaliação da competência global nos estudos do Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) trará muita da atenção necessária para esse domínio de competência do aluno, assim como os estudos comparativos internacionais sobre educação cívica conduzidos pela IEA (Associação Internacional para a Avaliação da Conquista Educacional).

Para contribuir com esses esforços a favor da educação para a cidadania global, publiquei recentemente três recursos curriculares, desenvolvidos com meus alunos da pós-graduação. O livro *Empoderar Crianças e Jovens para a Cidadania Global* defende que a educação deve auxiliar o aluno a entender e a promover os direitos humanos e oferece um rigoroso currículo para apoiar a educação para a cidadania global desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. O livro *Empoderando Alunos Para Melhorar o Mundo: Um Guia Prático* explica por que uma ênfase renovada sobre a cidadania global é essencial em face do crescente populismo e ódio. Ele oferece protocolos para ajudar os professores e diretores a desenvolverem estratégias escolares amplas que defendem a educação e o currículo para a cidadania global, alinhados com os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*; e um complemento para a Declaração dos Direitos Humanos em que expõe nossas obrigações para alcançar um mundo que seja inclusivo, pacífico e sustentável.

O livro *Learning to Collaborate for the Global Common Good* é uma análise dos desafios que a democracia enfrenta ao redor do mundo e traz uma série de recursos para promover competências e habilidades para a participação cívica democrática. Os cinco princípios a seguir conduzem as três publicações:

1 PLANEJAR O CURRÍCULO COM O OBJETIVO EM MENTE

Uma abordagem eficiente para desenvolver o currículo é iniciá-lo com os objetivos em mente. Embora a maioria dos planejamentos comece com a orientação em termos de conhecimento ou competências com às quais estão alinhados, eles raramente estendem tal meta a uma visão mais ampla que informe a seleção de tais competências. Como resultado, embora possa haver uma visão implícita de longo prazo que forneça orientação para as competências que conduzem o desenvolvimento do currículo, tal visão não é pública e, portanto, a hipótese central que conduz tal currículo (“se os alunos adquirirem essas competências, eles serão capazes de alcançar as seguintes”) não é de conhecimento público e, dessa forma, não é avaliável. Proponho uma abordagem alternativa que torne pública as duas hipóteses-chaves que reforçam qualquer currículo: se envolvermos os alunos em

experiências de aprendizagem específicas, eles vão adquirir certas competências; se eles adquirirem tais competências, serão capazes de alcançar resultados específicos a longo prazo, com consequências para eles e para as comunidades das quais fazem parte.

Esses recursos dão ao currículo uma visão pública, não partidária e que tem sido endossada por governos ao redor do mundo. Isso é o mais próximo que conseguimos chegar de um pacto público que reflita a aspiração compartilhada do “bem comum” da humanidade. Os *17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas*, incluídos na estrutura adotada por mais de 150 líderes mundiais na Assembleia Geral da ONU em 2015, oferecem uma visão otimista de um mundo que é inclusivo, pacífico e sustentável. Os objetivos conduzem uma série de metas específicas e mensuráveis. Por exemplo, o *Objetivo 1 – Erradicação da Pobreza* propõe a erradicação das formas mais extremas de pobreza no planeta e traz seis metas específicas:

1 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.

2 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis.

3 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças.

4 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.

5 Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões.

6 Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza. »

Fonte: Nações Unidas

» Alcançar cada uma dessas metas requer ações específicas que, por sua vez, requerem capacidades específicas. Como essas metas globais só podem ser alcançadas se as comunidades locais fizerem a sua parte, elas necessariamente implicam em ações e escolhas feitas por muitas pessoas ao redor do mundo. Proporcionar às pessoas as capacidades para fazer escolhas e tomar atitudes é tarefa da educação.

Ao envolver os educadores na análise de quais competências são necessárias para alcançar as metas, e, por sua vez, discernir quais pedagogias e experiências ajudarão os alunos a adquiri-las, a abordagem que seguiu fez mais do que começar com o objetivo em mente. Ela proporcionou um nível de transparência e responsabilidade profissional e pública para as escolhas feitas em qualquer planejamento de currículo que raramente estão disponíveis em normas estatais ou com livros didáticos e recursos curriculares.

2 ATIVAR REDES DE MELHORIA PARA PROJETAR O CURRÍCULO

O segundo princípio é que a tarefa de planejar o currículo, especialmente quando envolve domínios inovadores ou complexos, requer a colaboração de colegas. Embora possamos apreciar o ideal de que cada professor seja capaz de desenvolver o seu próprio currículo, na prática, o trabalho de ensinar é estruturado de tal forma que limita consideravelmente a quantidade de tempo dedicada ao planejamento do currículo. Não é surpresa que existem muitos recursos *on-line* para ajudar o professor a compartilhar currículos e aulas e que, na prática, muitos docentes recorrem a recursos já existentes.

A razão pela qual os professores já criaram redes informais para compartilhar recursos, ou dependem de recursos existentes, é a complexidade do desenvolvimento curricular de alta qualidade. Tradicionalmente essa tem sido a vantagem das editoras de livros didáticos: a capacidade de envolver diversos editores especialistas, autores e outros profissionais, produzindo materiais de alta qualidade e distribuindo os custos necessários para financiar sua produção pelo grande número de usuários.

No entanto, existem limites para a forma convencional de alcançar economias de escala ao produzir materiais instrucionais, e um deles é que esses recursos devem ter como alvo algum grupo específico, razão pela qual muitos livros didáticos estão alinhados com as normas dos estados onde há mais alunos. Um dos méritos da ideia da Base Nacional Comum Curricular, um conjunto nacional de normas curriculares, é justamente o de capacitar tais economias de escala no desenvolvimento de recursos instrucionais de alta qualidade.

As redes profissionais têm uma nítida vantagem

como forma de alavancar a inteligência coletiva. Elas podem se adaptar dinamicamente ao *feedback* decorrente dos ciclos rápidos da experimentação e podem aumentar o aprendizado decorrente de ciclos similares que ocorrem concomitantemente em diversos cenários. Nesse sentido, as redes profissionais têm um potencial inerente para aprendizagem e adaptação que foge das formas mais convencionais de produzir currículo e livros didáticos.

3 APRENDER FAZENDO

Os profissionais devem necessariamente experimentar como uma forma de criar novos conhecimentos. De fato, uma rede de desenvolvimento é um amplo laboratório para experimentações contínuas em busca de soluções para desafios complexos.

A epistemologia que reforça esse princípio é que o conhecimento profissional deve se valer da prática, não pode ser gerado na ausência de ou desprovido de prática. Ser professor é uma profissão não apenas porque aqueles que a praticam devem dominar o conhecimento especializado para conduzir seu trabalho, mas também no sentido de que aqueles que a praticam devem contribuir para o desenvolvimento de conhecimento especializado. Para tal conhecimento, baseado na prática, se tornar conhecimento profissional, disponível para outros, ele deve ser público, e não privado. Uma rede profissional é uma forma de fazer que o conhecimento oriundo da prática se submeta à análise essencial para se tornar público. Ademais, a confiança nos princípios de pensamento com base em planejamento e em redes de desenvolvimento proporciona um contexto para a experimentação sistemática e teste de hipóteses que estão implícitas em qualquer currículo.

4 O PODER DE UMA EDUCAÇÃO BASEADA EM PROBLEMAS

Algumas das competências necessárias para prosperar no século XXI são melhor adquiridas ao envolver os alunos em problemas reais e ao convidá-los a testarem soluções. Tal educação, baseada em problemas e projetos como esses, vale-se das tradições da educação progressiva desenvolvida por John Dewey e é consistente com o atual conhecimento sobre como defender um aprendizado mais profundo.

5 O PODER DA COLABORAÇÃO EM EQUIPES DIVERSAS

A realização dos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* exigirá colaboração sem precedentes em todos os níveis. Se há uma habilidade que todos os alunos precisarão desenvolver é a colaboração. Os recursos apresentados nesses livros sobre metodologias baseadas em projetos ajudam a desenvolver tais habilidades colaborativas. Mas se os professores devem ensinar os alunos a colaborar, eles próprios devem aprender a colaborar profissionalmente.

A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO GLOBAL E O MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO GLOBAL

Ao alinhar o currículo à estrutura dos *Objetivos de Desenvolvimento das Nações Unidas*, pretende-se cultivar uma mentalidade entre os alunos para educá-los como cidadãos globais.

O projeto de educar todos os alunos é um movimento global que começou com a disseminação do ensino público. Esse movimento de educação global acontecia de duas formas: envolvia colaborações entre a fraternidade de educadores de várias nações e ensinava os alunos a compreender o poder de tais colaborações globais para promoverem as suas próprias, bem como desafios compartilhados.

Não é por acaso que o ensino público expandiu significativamente ao redor do mundo após o direito à educação ser incluído como um dos direitos na Declaração Universal adotada pelas Nações Unidas em 1948. Foi o resultado da solidariedade global e da cooperação mobilizada para promover a paz mundial e da estabilidade que fez o ensino público expandir o seu alcance para incluir metade das crianças do mundo que foram excluídas antes da adoção da Declaração.

De forma semelhante, a expansão do ensino público antes da adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos beneficiou-se também da cooperação e das trocas entre as fronteiras nacionais.

Tais interesses e esforços sempre contestaram (e foram contestados por) visões mais paroquiais da educação. Atualmente, um nacionalismo e isolacionismo intolerante e ressurgente desafia as colaborações globais e a própria aspiração de educar alunos a serem cosmopolitas. Vemos tal ascensão do nacionalismo intolerante, ao qual o ex-vice-presidente norte-americano Joe Biden denominou “populismo falsificado e nacionalismo falso”, como um perigo ao princípio democrático básico, tal como à ideia de igualdade fundamental de todas as pessoas ou à ideia democrática de que os indivíduos devem colaborar com os outros para o bem comum.

Esses desafios aos valores democráticos são exatamente a razão para envolver os alunos na educação global.

A educação global é sempre um caminho para desenvolver um conjunto mais amplo de competências necessárias para a participação em um mundo em constante mudança, que alguns denominaram “habilidades do século XXI” ou “aprendizado mais profundo” (Reimers e Chung 2016 e 2018). Como professores buscam novas formas de aprendizagem para preparar os alunos para as exigências do século XXI, descobrir pontos eficazes de entrada para a renovação pedagógica é fundamental. Mudanças são desafiadoras. As noções de que os alunos deveriam se envolver em problemas reais, ou de que eles deveriam fazer isso de forma colaborativa, por exemplo, embora raramente novas, já provaram ser bem difíceis de serem traduzidas para novas abordagens pedagógicas que

foram dimensionadas para servir a todos os alunos. A educação global, largamente ausente em muitas escolas, proporciona um conveniente ponto de entrada para a renovação pedagógica, de uma forma que não ameaça diretamente culturas escolares estabelecidas, mas que pode, gradual e fundamentalmente, modernizar a instrução.

UMA NOVA LIDERANÇA PARA O ENSINO PÚBLICO

As instituições de ensino público estão sob ataque das mesmas forças que atacam a democracia e os direitos humanos. Manter escolas públicas vai exigir a mesma liderança eficaz que a manutenção da democracia exige. Professores e suas organizações têm um importante papel para cumprir ao liderar um movimento amplo em apoio às escolas públicas.

Se for para mobilizar um movimento democrático de apoiadores de forma bem-sucedida, tal liderança deve se concentrar nas necessidades dos estudantes. Ou seja, tal liderança deve estar no centro da prática profissional do educador, e não apenas em questões básicas do dia a dia. Construir essa liderança vai exigir novas abordagens que deverão começar no ensino e no aprendizado. A rede profissional que desenvolvemos é uma forma de construir uma liderança profissional em que os professores se envolvem com o desafio de reinventar o currículo e a pedagogia a fim de servir aos alunos, para prepará-los para um mundo de constantes e rápidas mudanças.

Ao fazer esse trabalho, esses líderes dos professores estão desenvolvendo as habilidades necessárias para a colaboração e para a liderança colaborativa. Como o processo que esses professores seguiram incluía a aproximação de colegas em suas escolas, persuadindo-os a experimentar as novas aulas e recursos, essa experiência desenvolveu a liderança e cultivou habilidades necessárias para exercer influência sem autoridade, apoiando-se em conhecimento profissional e no comprometimento com um processo aberto e sujeito à responsabilidade profissional e pública.

Quase um século depois de Isaac Kandel defender a promoção do entendimento internacional nas escolas norte-americanas, para educar cidadãos globais que poderiam ser emissários da paz, as ameaças crescentes do populismo e da intolerância fazem isso tão necessário hoje em dia quanto era naquela época. Devemos renovar nossos esforços ao avançar na educação dos direitos humanos, na educação para a paz, na educação para a sustentabilidade e no desenvolvimento para a cidadania global, mesmo que esse trabalho se torne ainda mais difícil de fazer e os riscos de fazê-lo se tornem maiores. ■

FERNANDO M. REIMERS

é especialista na área de políticas educacionais globais e inovação. É professor de Práticas Internacionais de Educação da Fundação Ford, diretor da Global Education Innovation Initiative e do Programa de Políticas de Educação Internacional da Harvard University.

PARA SABER MAIS

- REIMERS, Fernando M.; CHOPRA, Vidur; CHUNG, Connie K.; HIGDON, Julia; O'DONNELL, E.B. *Empoderar Crianças e Jovens para a Cidadania Global*. Download em mod.lk/ed15empo
- REIMERS, Fernando M. *Empoderando alunos para melhorar o mundo: um guia prático*. Download em mod.lk/ed15guia
- 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Disponível em mod.lk/17objsus
- Educação: um tesouro a descobrir (Unesco, 2010). Disponível em mod.lk/ed15ten1
- Southern Poverty Law Center. *Hate map*. Disponível em mod.lk/hatemap